

PARQUES INFANTIS: HISTÓRIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos¹
Pérsida da Silva Ribeiro Miki²

RESUMO:

Os Parques Infantis foram instituições não formais, idealizadas por Mário de Andrade, oriundas de políticas brasileiras voltadas para a infância no Estado Novo (1937-1945) e que se estendeu inclusive no Amazonas. Estas instituições tinham uma intencionalidade de controlar as classes populares e contraditoriamente configuraram-se em alternativa para as crianças que viviam em lugares considerados “nocivos”, garantindo cuidados médicos e acesso à educação e cultura, reforçando o sentimento de nacionalidade do povo brasileiro.

Palavras-chave: Infância, Parques Infantis, História da Educação, Amazonas.

ABSTRACT:

The playgrounds were non-formal institutions, idealized by Mário de Andrade, originating from Brazilian policies aimed at children in the Estado Novo (1937-1945) and that even extended in Amazonas. These institutions had an intentionality to control the popular classes and contradictorily they were configured as alternative for children who lived in places considered “harmful”, guaranteeing medical care and access to education and culture, reinforcing the feeling of nationality of the Brazilian people.

Keywords: Childhood, Playgrounds, History of Education, Amazonas.

¹ Aluna do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: kellymattos_am@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade São Francisco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: persidamiki@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo, resultado parcial da pesquisa de mestrado em educação, pela UFAM³, é refletir sobre aspectos voltados para a educação infantil no período conhecido com o Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, e que trouxe como uma política educacional a criação do Serviço de Parques Infantis (PIs), construída primeiramente para a criança, filha da classe operária em São Paulo.

Esta pesquisa sobre a história da educação infantil caminha pelas instituições voltadas para a infância. A temática, que sempre foi marginalizada pela história oficial, se apresenta relevante pelos movimentos historiográficos atuais. A infância, vista como uma condição da criança está atraindo o interesse dos pesquisadores, como afirma Balsera:

Em las três últimas décadas escribir sobre la infancia em la historia o sobre la historia de la infancia há sido um tema que estaba de moda (Bardet, 2003; Becchi y Julia, 1998; Fass, 2004 y 2006; Padilla y otros, 2008; [...]) Parece haber existido como una especie de ajustes de cuentas no solo com la historia, sino com la experiencia pessoal de los adultos, y también un encuentro com los niños y niñas de otros mundos y de otras épocas. Esta explosión historiográfica también tiene que ver mucho com el contexto em ele que se há producido, marcado por unas décadas donde la situación de vulnerabilidade de la infancia se há hecho más visible. (2015, p.8).⁴

A dificuldade de se pesquisar sobre um sujeito que não tem voz nos documentos leva ao desafio de percorrer sobre as instituições destinadas a atenderem às crianças, assim como as representações dos adultos junto a esse atendimento. Diante disso, os PIs se constituíram como uma dessas instituições no Estado Novo. No Amazonas, pretende-se revelar aspectos da origem e propagação dos PIs e as possíveis relações que permearam este cenário, a partir da perspectiva da história social e cultural.

2. PARQUES INFANTIS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

³ Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Nas três últimas décadas escrever sobre a infância ou sobre a história da infância tem sido um tema que estava na moda (Bardet, 2003; Becchi e Julia, 1998; Fass, 2004 e 2006; Padilla e outros, 2008; [...]) Parece haver existido uma espécie de ajuste de contas não apenas com a história, mas com a experiência pessoal dos adultos, e também um encontro com os meninos e meninas de outros mundos e de outras épocas. Esta explosão historiográfica também tem muito haver com o contexto em que se há produzido, marcado por umas décadas onde a situação de vulnerabilidade da infância tornou-se mais visível.

No cenário ocidental nas primeiras décadas do século XX, o pensamento dominante era o de que o progresso de uma nação estava associado ao conceito de civilização, que deveria ultrapassar os muros escolares, principalmente para os filhos das classes subalternas. (KUHLMANN Jr, 2010). Isso se constituía em uma política maior que “foi defendida como uma necessidade para a formação da nacionalidade brasileira, traduzida pela superioridade da raça branca e por uma educação para a pátria, por meio da educação do caráter e da educação física, e voltada para a educação popular que deveria ser nacional, pública e patriótica.” (VERÍSSIMO, 1906, p.163).

Ainda, no início do século XX começaram a se intensificar no cenário educacional brasileiro, políticas voltadas para a assistência à infância, e em 1922 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foram abordados assuntos referentes à criança e suas relações com a família, a sociedade e o Estado, e sob aspectos sociais, médicos, pedagógicos e higiênicos, sendo este último dirigido em especial para as camadas populares, no intuito de estabelecer normas quanto ao comportamento, por meio de medidas preventivas. (VASCONCELLOS, 2001)

A infância começou a ser observada nos anos subsequentes, com a criação de algumas políticas como o primeiro código de menores em 1927, onde foram consolidadas leis de assistência e de proteção aos menores de 18 anos, vistos como abandonados e delinquentes. Também foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1930, por intermédio do Decreto nº 10.402.

Vasconcellos (2001, p.94), afirma que “essa crescente política de assistência à infância, baseada tanto num modelo médico-sanitário quanto numa visão psicologizante do trabalho educativo, favoreceu a difusão de uma concepção abstrata de infância a partir desse período.” Configurando-se então, um momento significativo no qual o Governo volta os olhos para a infância e para os conceitos subjetivos à sua configuração.

Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, os filhos dos trabalhadores também passam a ter direito à Educação, “principalmente nos grandes centros urbanos, mostrando-se como um elemento de organização social e modernização da sociedade brasileira, sob o impulso da política de desenvolvimento

industrial implementada durante o governo Getúlio Vargas.” (VASCONCELOS, 2001, p.95-96).

Surgem alguns programas de atendimento à infância, visando, dentre outras coisas, o reforço do patriotismo. Isto se deve principalmente ao processo de industrialização, onde as mulheres, necessitando trabalhar nas indústrias, não dispunham de tempo para educarem seus filhos, preferindo essas instituições a deixá-los nas ruas, onde poderiam se tornar criminosos em potencial.

Outros órgãos criados foram o Serviço de Assistência a Menores - SAM, “responsável pelas crianças abandonadas e menores infratores, e órgãos internacionais como: o Fundo das Nações Unidas para a infância UNICEF/1948 e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar OMEP/1948.” (VASCONCELLOS, 2001, p.96).

Neste contexto, surgem no Brasil os Parques Infantis Mário de Andrade⁵ (PIs), em 1935, destinados aos filhos dos trabalhadores operariados, na idade de 03 a 12 anos, inspirado no modelo de *kindergarten* froebeliano, onde as crianças tinham direito à recreação, jogo organizado e assistência médica, alimentação e higiene. (MIRANDA, 1941; FARIA, 1996).

Os PIs apresentam elementos contraditórios: se o Estado Novo voltava-se para a formação civil e militar das crianças, no seu interior “o tempo livre poderia ser preenchido com diversas atividades recreativas consideradas saudáveis [...], pois, ao mesmo tempo em que esses elementos poderiam representar formas de controle e vigilância sobre a população, poderiam criar, também, a possibilidade de novas formas de uso voltadas para a subversão da ordem estabelecida.” (GOMES, 2003, p. 34). Sobre este aspecto, Duarte (2000) revela um dos objetivos principais das instituições; para Nicanor Miranda, então chefe de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo:

Educar a infância para um lazer correto, para que as horas de folga do futuro cidadão-trabalhador-soldado sejam empregadas em atividades saudáveis, higiênicas e de “grande alcance moral”; “afastar” as crianças do seu meio social e moral, ou seja, de sua família, do seu bairro, do seu território, construindo uma alternativa aos “vícios e à criminalidade” dos bairros operários; manter o lazer sob controle e coordenação do Estado, para assim garantir sua adequação; conduzir as crianças a um estreito convívio entre classes diferentes, expressando o ideal de uma sociedade concebida como corpo, harmônica e coesa. (p.172-173).

⁵ Mário Raul Moraes de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura (DC) da prefeitura de São Paulo de 1935 a 1938, quando demitiu-se por oposição ao Estado Novo. (ARANTES, 2005).

Esses parques, de acordo com Vasconcellos, “contribuíram para ‘relativizar’ as análises que enfocavam apenas os aspectos disciplinadores das instituições de atendimento à infância, no início do século XX, mostrando que existem outras possibilidades de significado da infância” (2001, p.97). Dentro de uma política de municipalização, os PIs se caracterizaram por aspectos educacionais de uma experiência não escolar em que a criança teve acesso também à cultura e à saúde e era estimulada a construir uma identidade patriota.

As relações, no ambiente do Parque Infantil, por outro lado, também garantia a essas crianças o direito à própria infância que até então, para Vasconcellos, era algo que eles não tinham acesso. “Os parques infantis foram considerados como a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (na forma de uma proposta extraescolar) para crianças da classe trabalhadora.” (2001, p.98).

A Educação no Estado Novo

Os Parques Infantis surgem num contexto educacional onde o civismo e o patriotismo eram ensinados nas instituições educacionais, como afirma Vaz (2006):

A mídia exibia com louvor os estudantes em desfiles, buscando sempre ressaltar a questão pátria. As datas comemorativas foram inseridas no calendário escolar, bem como o ensino da História pátria, que tinham o intuito de propagar os acontecimentos vigentes na época, assim como promover a formação cívica dessas crianças, fazendo com que a escola se transformasse em modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico. (apud RIBEIRO; ALVES, 2012, p.40).

Este movimento em prol da unidade nacional se deu pós crise 1929 e de lutas por mais direitos na década de 30, cercado com ideais iluministas, a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932.⁶

⁶ A Revolução Constitucionalista de 1932 eclodiu devido ao fato de Vargas não atender às reivindicações da sociedade de São Paulo, encabeçados por fazendeiros paulistas que se viram prejudicados após a Revolução de 1930. Também participaram da Revolução, profissionais liberais, estudantes universitários e comerciários, que reivindicavam, dentre outras coisas, eleições para presidente e a construção de uma nova constituição. Devido à forte repressão policial, quatro estudantes foram mortos e suas iniciais, MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), foram o símbolo da revolução. (RIBEIRO, 2014).

Além da incorporação do civismo e patriotismo, tendo como uma das estratégias a ampla divulgação de desfiles cívicos e a inclusão das datas comemorativas no calendário nacional, a ideia de “sociedade evoluída” estava vinculada ao higienismo e à urbanização. De acordo com Freitas e Kuhlmann Jr. (2002) “a saúde e a educação se entrelaçam nas propostas de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas no propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira” (p.474) e “as escolas primárias precisaram de médicos professores de Biocultura prática e de higiene”. (p.475).

Higiene, psicologia e pedagogia caminhavam juntas na educação, e as mães eram consideradas ignorantes sobre a correta criação de seus filhos, por isso, deveriam confiar-lhes a educação ao Estado:

Presente na memória “Da proteção moral à infância”, de Mário de Alcântara Vilhena, laureado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro [...]. As conclusões enfeixam um conjunto de propostas para a infância, desde o seu nascimento, envolvendo: a propaganda da amamentação materna, o exame das amas-de-leite e um curso higiênico-moral para elas, a criação da cadeira de deontologia profissional nas Escolas Normais e a vigilância sobre os professores. Propunha ainda acabar com os cortiços (“medida higiênica, eugênica e moral”), a proibição de crianças desocupadas nas ruas e a fundação de jardins-de-infância e de centros de educação física, “onde as crianças possam brincar, cultivando sua saúde e evitando os maus ensinamentos da rua” “Em vez de educar as crianças no regime do cinema, dos espetáculos licenciosos, poderão os pais educá-los nos desportos, nas provas de resistência e no exercício da força de vontade. Sobre os desportos convém notar a inconveniência da bicicleta, que incita pestíferos ambientes do cinema, teatros, convém levá-los para as excursões nas montanhas, por longas caminhadas.” (FREITAS; KUHLMANN Jr, 2002, p. 490).

O ambiente escolar da época era considerado como um “prolongamento do lar, oficina do amor da pátria, da honra, da dignidade pessoal” (FREITAS; KUHLMANN Jr., p. 491). Os pais, mesmo de classes abastadas, não deveriam levar seus filhos para frequentarem lugares considerados nocivos, pois incentivavam a pornografia e o comportamento vistos como amorais. Quanto ao ensino, este deveria ser prático, seguido de ensinamentos morais, pois “a vida moral não seria possível sem um mínimo de educação. O direito à vida da criança seria o direito de ser educada, para que fosse possível lhe exigir deveres.” (FREITAS; KUHLMANN Jr, 2002, p. 422).

As concepções de formação de uma geração civil, nos princípios higienistas, e de eugenia vigoravam para as crianças escolarizadas e se estendiam para as crianças das classes subalternas que após a escola, devido ao trabalho fabril de seus pais, ficavam nas ruas. Para o Estado havia a necessidade de uma instituição que

continuasse os ditames da formação da nação brasileira. A idealização dos PIs serviria a esse propósito de educar para a cidadania e sua propagação que, de acordo com Nicanor Miranda (1941), aconteceu de norte a sul do Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos PIs relacionada ao estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, que instigou essa investigação, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* (1941), que informa que um Parque Infantil estaria sendo construído na cidade de Manaus, conforme um documento informativo encaminhado pelo prefeito de Manaus. Isso motivou a pesquisa no *Diário Oficial do Estado do Amazonas* na década de 1940, onde se encontrou na data de 19/02/1940 a comprovação da criação do Serviço de Parques Infantis na Prefeitura Municipal de Manaus.

O documento *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* de Nicanor Miranda (1941), não cita a autoria de Mário de Andrade na criação dos PIs, provavelmente, devido ao seu afastamento do cargo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, neste período.

A existência dos PIs no Amazonas, de acordo com o *Diário Oficial do Estado do Amazonas* (1940), traz o Ato de criação nº135 do Serviço de Parques Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antonio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital. Essa criação foi mencionada por Nicanor Miranda (1941), ao defender a proliferação dos PIs no Brasil.

No que se refere às pesquisas sobre a história da educação infantil na região Norte do Brasil e suas relações sociais e culturais, nos registros iconográficos que se encontram da época não são encontradas informações sobre a infância dos pobres, tendo em vista que, para os historiadores da época, “os excluídos, não são necessariamente portadores do futuro.” (KUHLMANN Jr., 2010, p.32).

Os Parques Infantis se constituíam em instituições não formais, onde as crianças recebiam cuidados higiênicos, de saúde, de disciplina do corpo, e de civismo:

O Engenheiro Agrônomo ANTONIO BOTELHO MAIA, Prefeito Municipal de Manaus, por nomeação legal, etc.
Considerando ser a assistência e proteção á infância um dos mais precípuos dos governos bem orientados;
Considerando que a civilização de um povo se mede pelo seu grau de cultura e pelas instituições de valor social que possui, para defesa de sua raça e amparo de seu povo;
Considerando que os parques infantis são melhoramentos sociais que educam, assistem e medicam as crianças que neles se inscrevem;
Considerando que os parques infantis têm por objetivo proteger e educar, e, constituem uma instituição recomendada por todos os sociólogos, pedagogos, médicos e educadores contemporâneos; RESOLVE: Art. 1º - Fica creado na Prefeitura Municipal de Manaus o SERVIÇO MUNICIPAL DE PARQUES INFANTIS [...] (1940, p.3)

Outro fator que foi preponderante à disseminação dos PIs na educação brasileira, se deve ao fato de que no Brasil, neste período, havia um elevado número de imigrantes, o que preocupava o pesquisador e educador Mário de Andrade, enquanto criador dos Parques Infantis, que defendia a “socialização da cultura popular para os diferentes extratos sociais, acreditando na potência formadora do folclore, principalmente, no que tange à ideia de uma ‘cultura infantil.’” (VASCONCELLOS, 2001, p.99).

Portanto, observa-se que a educação das crianças nos Parques Infantis era um elemento que constituía uma política governamental e não se limitava ao assistencialismo, pois, como espaço público, interferia na condição de vida dos seus atendidos, trazendo um projeto voltado para o universo infantil, apesar da intencionalidade de civilizar a criança.

No Amazonas, essa política talvez não tenha iniciado de forma estruturante, pois a direção do PIs deveria ficar sob a responsabilidade da psicologia infantil ou da pedagogia, porém sem remuneração. Cabia à prefeitura o fornecimento de “livro de registro, fichário, aparelhos de cultura moral, intelectual e física, e aparelhos de antropometria.” (AMAZONAS. Diário Oficial, 1940, p.3).

A previsão de instalação do PIs na zona Mindu, no Parque Municipal 10 de Novembro, em construção em 1940, era justificada pela área ampla com jogos, campos e abrigos, com destinação aos “menores”, dentro de uma concepção médico-sanitarista, além do caráter civilizatório. Assim, a comprovação da existência dos Parques Infantis no Amazonas ampliam as possibilidades para os estudos sobre a história da educação na infância carente de investigações, especialmente no Estado do Amazonas.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p.3.
- ARANTES, A.C. **Mário de Andrade**: o precursor dos Parques Infantis em São Paulo. Pesquisa histórica. Fundação Biblioteca Nacional - MEC n. de Registro: 363.097 Livro: 671 Folha: 257. 2005.
- BALSERA, Dávila P. El Lugar la representación de la infância em la Historia de la Educacion. **Espacio, Tiempo y Educacion**. 2 (1), p. 7-16, 2015.
- DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. Orphanato Municipal de Belém: acolhimento, educação e instrução a meninas (1893-1911). **História da Educação** [On line]. Porto Alegre, v.18, n. 43, p.163-182, maio/ago. 2014.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 anos e no II Simpósio Nacional de Educação Infantil**, Brasília, novembro de 1996.
- FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés., orgs. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GOMES. Christianne Luce. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese de doutorado**. Belo Horizonte: UFMH/FaE, 2003.
- KUHLMANN, Jr. Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.
- MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
- RIBEIRO, J. da S. e ALVES, T. F. Invadindo o cenário escolar: conhecendo a relação entre Estado e sociedade no Brasil de 1945- 1955. **Anais do XV Encontro Regional de História. Ofício do historiador. Ensino e pesquisa**. ANPUH. São Gonçalo. Rio de Janeiro. 2012.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Educação na Infância: história e política**. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2001.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.